

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Específicos I**

**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE:**

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. O princípio da motivação é tido pela doutrina como princípio que rege a administração pública, ainda que não esteja mencionado no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal. Entretanto, a necessidade de motivação das decisões administrativas está expressamente prevista no texto constitucional no que toca às decisões
- (A) em processos disciplinares.  
 (B) dos tribunais.  
 (C) do Tribunal de Contas da União.  
 (D) vinculadas.  
 (E) discricionárias.
- 
2. Ao tratar do direito à educação, a Constituição Federal
- (A) estabelece que o ensino fundamental é de competência exclusiva dos Estados e Municípios.  
 (B) exclui a competência dos Municípios para prestar o ensino médio e o superior.  
 (C) exclui a competência dos Estados para prestar a educação infantil.  
 (D) estabelece o dever de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.  
 (E) atribui ao ensino médio e gratuito o *status* de direito público subjetivo.
- 
3. Durante o curso das investigações promovidas por Comissão Parlamentar de Inquérito, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico
- (A) não pode ser determinada pela própria Comissão, em razão de a matéria estar submetida ao princípio da reserva de jurisdição.  
 (B) não pode ser determinada pela própria Comissão, em razão do princípio do devido processo legal.  
 (C) pode ser determinada pela própria Comissão, quando a providência mostrar-se necessária, mediante fundamentação adequada.  
 (D) somente pode ser determinada pela própria Comissão quando o fato apurado tiver origem numa das Casas do Congresso Nacional.  
 (E) não é passível de controle jurisdicional, caso seja decretada pela própria Comissão nos casos previstos pela Constituição Federal.
- 
4. A imunidade constitucional garantida aos Deputados Federais e Senadores em razão de suas opiniões, palavras e votos
- (A) aplica-se aos atos praticados em razão do mandato, ainda que exercidos fora do recinto da própria Casa legislativa.  
 (B) aplica-se somente em matéria processual.  
 (C) impede que o parlamentar seja preso em flagrante de crime, ainda que este seja inafiançável.  
 (D) aplica-se somente em matéria penal.  
 (E) impede que os parlamentares sejam sancionados pela própria Casa legislativa a que pertencem, mesmo que haja abuso dessa prerrogativa constitucional.

5. Dentre as hipóteses ensejadoras de intervenção dos Estados-membros nos Municípios encontra-se
- I. o descumprimento, ainda que involuntário, de decisão judicial transitada em julgado;  
 II. a violação aos princípios indicados na Constituição estadual;  
 III. a invasão estrangeira;  
 IV. o grave comprometimento da ordem pública;  
 V. a não prestação de contas devidas na forma da lei.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I, II e III.  
 (B) I, II e V  
 (C) I, III e V.  
 (D) II, III e IV.  
 (E) II e V.
- 
6. A intervenção do Estado-membro em Município depende de prévia decisão do Tribunal de Justiça do Estado, em representação proposta para este fim, na hipótese de
- (A) não terem sido prestadas contas devidas na forma da lei.  
 (B) não pagamento da dívida fundada por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior.  
 (C) não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.  
 (D) inexecução de lei, ordem ou decisão judicial.  
 (E) violação do livre exercício do Poder Legislativo ou do Executivo municipal.
- 
7. Cabe aos Estados-membros, no exercício de sua autonomia,
- (A) explorar os serviços locais de gás canalizado, ainda que por medida provisória.  
 (B) legislar concorrentemente com a União Federal sobre procedimentos em matéria processual.  
 (C) editar normas específicas sobre produção e consumo, mediante prévia autorização por lei complementar federal.  
 (D) exercer somente as competências enumeradas na Constituição Federal.  
 (E) suprir a inexistência de lei federal em matéria de direito eleitoral.
- 
8. De acordo com a Constituição Federal, compete originalmente ao
- (A) Tribunal de Justiça julgar o Prefeito pela prática de crimes comuns, ainda que possam se enquadrar na competência da Justiça Federal.  
 (B) Superior Tribunal de Justiça julgar os mandados de segurança contra ato de Governador de Estado.  
 (C) Supremo Tribunal Federal julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.  
 (D) Superior Tribunal de Justiça julgar a representação para fins de intervenção federal no caso de recusa à execução de lei federal.  
 (E) Plenário ou órgão especial dos Tribunais o julgamento de todos os feitos que importem a declaração de constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

<p>9. Estão excluídas da apreciação do Poder Judiciário</p> <p>(A) as decisões administrativas, enquanto não forem esgotadas as instâncias administrativas.</p> <p>(B) a aplicação do regimento interno das Casas do Congresso Nacional, ainda quando contrário à Constituição Federal.</p> <p>(C) os atos praticados pelos Tribunais de Contas.</p> <p>(D) os atos de investigação praticados por Comissões Parlamentares de Inquérito.</p> <p>(E) as ações relativas à disciplina e às competições desportivas enquanto não se esgotarem as instâncias da justiça desportiva.</p>	<p>12. Considere as seguintes afirmações sobre a disciplina legal da argüição de descumprimento de preceito fundamental:</p> <p>I. Caberá argüição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo municipal, inclusive se anterior à Constituição.</p> <p>II. O Supremo Tribunal Federal poderá deferir pedido de medida liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental, desde que assim decidam dois terços de seus membros.</p> <p>III. A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo Relator, quando não couber argüição de descumprimento de preceito fundamental, sendo essa decisão irrecorrível.</p> <p>IV. Caberá reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos de seu Regimento Interno.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>10. Considerando a disciplina constitucional dada ao meio ambiente, bem como a jurisprudência a respeito do tema, considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. O meio ambiente é bem de uso comum do povo.</p> <p>II. São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.</p> <p>III. Incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo vedada sua supressão.</p> <p>IV. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.</p> <p>V. São vedadas práticas que submetam os animais a crueldade, tais como as “brigas de galo”.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, IV e V, somente.</p> <p>(C) II, III e IV, somente.</p> <p>(D) II, III e V, somente.</p> <p>(E) IV e V, somente.</p>	<p>13. O indivíduo nascido em janeiro de 2008, nos Estados Unidos da América, filho de pais brasileiros que lá estivessem em viagem de turismo, registrado em repartição consular brasileira, é considerado pela Constituição brasileira</p> <p>(A) estrangeiro.</p> <p>(B) brasileiro naturalizado, desde que resida no Brasil por quinze anos ininterruptos e não sofra condenação criminal.</p> <p>(C) brasileiro nato, desde que venha a residir no Brasil e opte, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.</p> <p>(D) brasileiro naturalizado, desde que resida no Brasil por um ano ininterrupto e comprove ter idoneidade moral.</p> <p>(E) brasileiro nato.</p>
<p>11. Relativamente ao procedimento para edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, prevê a lei de regência da matéria que</p> <p>(A) o Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, tanto a edição, como a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante.</p> <p>(B) a proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante sobre determinada matéria autoriza a suspensão dos processos judiciais em que se discuta a mesma questão.</p> <p>(C) o relator poderá admitir a manifestação de terceiros na questão sobre a qual versar o enunciado, cabendo contra essa decisão recurso para o Plenário do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) o Advogado Geral da União, nas propostas que não houver formulado, manifestar-se-á previamente à edição, revisão ou ao cancelamento de enunciado de súmula vinculante.</p> <p>(E) a revogação ou modificação da lei em que se fundou a edição de súmula vinculante acarreta seu cancelamento automático, independentemente de revisão ou cancelamento pelo Supremo Tribunal Federal.</p>	<p>14. A Constituição da República assegura a liberdade de associação profissional ou sindical, observado que</p> <p>(A) é vedada ao Poder Público a interferência na organização sindical, admitindo-se apenas que a lei exija autorização do Estado para o funcionamento de sindicato.</p> <p>(B) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.</p> <p>(C) a disciplina constitucional da matéria não se aplica à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, que se sujeita a disciplina legal específica.</p> <p>(D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical.</p> <p>(E) o aposentado filiado tem direito a votar nas organizações sindicais, embora não possa ser votado.</p>

<p>15. A Lei federal nº 9.265/96 estabelece a gratuidade para a prática de atos que arrola como sendo necessários ao exercício da cidadania, dentre os quais os pedidos de informações ao poder público, em todos os seus âmbitos, objetivando a instrução de defesa ou a denúncia de irregularidades administrativas na órbita pública, consoante prevê seu artigo 1º, III. Referido dispositivo legal</p> <p>(A) é compatível com a disciplina constitucional da matéria.</p> <p>(B) padece do vício de inconstitucionalidade, pois não cabe à lei dispor sobre os atos necessários ao exercício da cidadania.</p> <p>(C) é incompatível com a Constituição, que somente assegura a gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.</p> <p>(D) é incompatível com a Constituição, que somente assegura a gratuidade das ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>.</p> <p>(E) é parcialmente inconstitucional, uma vez que a Constituição assegura a gratuidade de acesso aos órgãos do Poder Público apenas àqueles que comprovarem insuficiência de recursos, na forma da lei.</p>	<p>19. É garantia constitucional da liberdade a previsão segundo a qual</p> <p>(A) é vedada a instituição de pena de privação ou restrição da liberdade.</p> <p>(B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.</p> <p>(C) se proíbe a instituição da pena de morte, exceto na hipótese de guerra declarada, nos termos da Constituição.</p> <p>(D) a lei considerará crimes inafiançáveis e imprescritíveis a prática da tortura e o terrorismo.</p> <p>(E) não haverá prisão civil por dívida, exceto a do depositário infiel.</p>
<p>16. O indivíduo maior de 18 anos que invocar motivo de convicção política ou filosófica, a fim de se eximir da obrigatoriedade do voto, em eleições municipais,</p> <p>(A) terá seus direitos políticos cassados, por se recusar a cumprir obrigação imposta a todos pela Constituição.</p> <p>(B) será considerado inelegível, no território da circunscrição eleitoral municipal.</p> <p>(C) sujeita-se à perda ou suspensão de seus direitos políticos, caso se recuse igualmente a cumprir prestação alternativa fixada em lei.</p> <p>(D) pratica crime eleitoral e terá, em consequência, seus direitos políticos suspensos, enquanto tramitar o processo criminal.</p> <p>(E) não se sujeita a qualquer espécie de sanção, pois o voto é em sua essência um direito reconhecido pela Constituição, e não uma obrigação imposta por lei.</p>	<p>20. Relativamente aos tratados internacionais em matéria de direitos fundamentais, estabelece a Constituição da República que</p> <p>(A) poderá o Procurador-Geral da República suscitar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, perante o Supremo Tribunal Federal, nos casos de grave violação de direitos resguardados em tratados internacionais.</p> <p>(B) a República Federativa do Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, ainda que tenha manifestado adesão à sua criação.</p> <p>(C) os direitos e garantias expressos no texto constitucional não excluem outros decorrentes de tratados internacionais, desde que celebrados posteriormente à promulgação da Constituição.</p> <p>(D) serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.</p> <p>(E) os tratados internacionais que versem sobre direitos fundamentais não se submetem aos limites materiais aplicáveis a emendas à Constituição.</p>
<p>17. Relativamente à possibilidade de extradição de indivíduos sujeitos a investigação ou processo criminal perante autoridades estrangeiras, a Constituição da República prevê que o brasileiro naturalizado</p> <p>(A) não será extraditado em hipótese alguma.</p> <p>(B) somente não será extraditado na hipótese de cometimento de crime político ou de opinião.</p> <p>(C) será extraditado na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.</p> <p>(D) poderá ser extraditado, no caso de prática, a qualquer tempo, de crime comum, desde que a condenação seja posterior à naturalização.</p> <p>(E) poderá ser extraditado pelo cometimento de crime político ou de opinião, na hipótese de perda da nacionalidade brasileira.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b></p> <p>21. A definição de regime jurídico administrativo remete ao conjunto de</p> <p>(A) prerrogativas e sujeições conferidas à Administração Pública que lhe permitem escusar-se ao cumprimento do princípio da legalidade em prol da supremacia do interesse público.</p> <p>(B) prerrogativas conferidas à Administração Pública, das quais são exemplos o poder expropriatório, a autotutela, a observância da finalidade pública e o princípio da moralidade administrativa.</p> <p>(C) prerrogativas e sujeições conferidas à Administração Pública, que lhe permitem figurar, em alguns casos, em posição de supremacia em relação ao particular para atender o interesse público, e lhe obrigam a submeter-se a restrições em suas atividades.</p> <p>(D) sujeições às quais está obrigada a Administração Pública, das quais são exemplos a obrigatoriedade de lançar mão do poder expropriatório, de rescindir contratos administrativos e de impor medidas de polícia.</p> <p>(E) prerrogativas conferidas à Administração Pública para imposição de restrições aos administrados, em relação aos quais goza de supremacia sempre que pretender o sacrifício do interesse privado.</p>
<p>18. NÃO figuram entre os princípios pelos quais estabelece a Constituição que a República Federativa do Brasil se rege, em suas relações internacionais,</p> <p>(A) a independência nacional e a autodeterminação dos povos.</p> <p>(B) a não-intervenção e a defesa da paz.</p> <p>(C) a igualdade entre os Estados e a solução pacífica dos conflitos.</p> <p>(D) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.</p> <p>(E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.</p>	

<p>22. A atuação da Administração Pública é informada por princípios, em relação aos quais se pode afirmar que</p> <p>(A) os princípios aplicáveis são exclusivamente aqueles constantes do artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, publicidade e eficiência.</p> <p>(B) o princípio da legalidade é princípio fundamental, que somente pode ser excepcionado quando da utilização do poder discricionário.</p> <p>(C) o princípio da legalidade é princípio fundamental, somente podendo ser excepcionado pela aplicação do princípio da supremacia do interesse público.</p> <p>(D) o princípio da moralidade, embora constitucionalmente assegurado, traduz-se secundário, somente podendo ser aplicado concomitantemente com outro princípio.</p> <p>(E) o princípio da eficiência destina-se a garantir o alcance dos melhores resultados na prestação do serviço público, mas não pode, para tanto, se sobrepor ao princípio da legalidade.</p>	<p>25. O consórcio público é um instrumento que</p> <p>(A) se destina ao desenvolvimento de atribuições e competências do poder concedente pelo particular.</p> <p>(B) se destina ao desenvolvimento de atribuições de natureza pública que lhe são outorgadas por meio de leis das diversas esferas dos entes que o constituíram.</p> <p>(C) é constituído sob a forma de convênio entre os diversos entes que o compõem e lhe atribuem parcela de suas atribuições e competências.</p> <p>(D) consiste em uma associação pública cuja constituição é autorizada por decreto de cada esfera dos entes consorciados.</p> <p>(E) é constituído sob a forma de contrato de gestão que disciplina a parcela de atribuições de natureza pública desenvolvidas.</p>
<p>23. Um município editou decreto determinando aos cartórios de registro de imóveis que exigissem e arquivassem cópia da última declaração de imposto de renda dos adquirentes de imóveis situados em suas circunscrições, a fim de identificar a disponibilidade de receita lícita para fazer frente ao valor da compra, sob pena de inviabilização do negócio jurídico pretendido. A medida imposta pelo Poder Público configura</p> <p>(A) ato que exorbita o poder normativo, na medida em que impõe obrigação que deveria ser veiculada por meio de lei, observada a competência material.</p> <p>(B) expressão de seu poder de polícia, que abrange atuação sancionatória à conduta reprovável do administrado.</p> <p>(C) ato que exorbita o poder disciplinar da Administração Pública, muito embora esta possa impor obrigação aos cartórios de registros de imóveis, porque estes integram a sua estrutura.</p> <p>(D) expressão de seu poder normativo, que abrange a possibilidade de edição de decreto autônomo a partir da emenda nº 32 à Constituição Federal.</p> <p>(E) expressão do poder disciplinar da Administração Pública porque impôs obrigação aos cartórios de registros de imóveis, que prestam serviço público por delegação e, portanto, integram a sua estrutura.</p>	<p>26. Ato administrativo é dito discricionário quando</p> <p>(A) consiste em tradução de opção do administrador dentre as soluções normativamente autorizadas.</p> <p>(B) é praticado no exercício das atividades típicas de administração, independentemente de previsão normativa.</p> <p>(C) traduz poder de escolha da Administração Pública dentre as alternativas necessariamente expressas em lei.</p> <p>(D) tem sua prática prevista em decreto do Poder Executivo.</p> <p>(E) considera os aspectos de conveniência e oportunidade para sua prática, que deve ser autorizada por decreto do poder executivo.</p>
<p>24. Determinado Estado criou, regularmente, uma autarquia para executar atividades típicas da Administração estadual que melhor seriam exercidas de forma descentralizada. Em relação a esta pessoa jurídica instituída, pode-se afirmar que se trata de pessoa jurídica</p> <p>(A) de direito público, com personalidade jurídica própria, embora sujeita ao poder de autotutela do ente que a instituiu.</p> <p>(B) de direito público, não sujeita a controle do ente que a instituiu quando gerar receitas próprias que lhe confirmam auto-suficiência financeira.</p> <p>(C) sujeita ao regime jurídico de direito privado quando for auto-suficiente e ao regime jurídico de direito público quando depender de verbas públicas, sem prejuízo, em ambos os casos, da submissão à tutela do ente que a instituiu.</p> <p>(D) sujeita ao regime jurídico de direito público, criada por Decreto, integrante da Administração Indireta e, portanto, sujeita a controle do ente que a instituiu.</p> <p>(E) de direito público, dotada das prerrogativas e restrições próprias do regime jurídico-administrativo e sujeita ao poder de tutela do ente que a instituiu.</p>	<p>27. O Poder Público desapropriou grande número de imóveis em 2001, para implantação de trecho de um anel viário urbano. Passados 07 (sete) anos da edição de decreto de utilidade pública, como a obra não fora executada, foi aprovada lei autorizando o Poder Público, então expropriante, a vender os imóveis. Publicado o edital para alienação onerosa dos bens, a cada expropriado caberá, individualmente, medidas judiciais para pleitear o reconhecimento de seu direito de</p> <p>(A) extensão, a fim de que o produto da alienação onerosa lhe seja destinado, vez que não foi dada a destinação pública adequada aos imóveis, configurando tredestinação.</p> <p>(B) indenização, cumulado com pedido de revogação do decreto de utilidade pública, a fim de que o Poder Público seja condenado a restituir o valor dos imóveis.</p> <p>(C) retrocessão, que constitui direito de reaver o bem expropriado, tendo em vista que o Poder Público não deu ao mesmo o destino que justificou a desapropriação.</p> <p>(D) obter transferência compulsória da propriedade do bem expropriado, pelo preço homologado na licitação, depois de encerrada a fase de adjudicação do objeto em favor do vencedor.</p> <p>(E) preferência para a aquisição do bem licitado, devendo, para tanto, obter prévio provimento jurisdicional que anule o decreto expropriatório.</p>

<p>28. Ao invadir a contramão de direção de uma via de grande circulação de veículos, um automóvel, conduzido por um particular, colidiu com uma viatura da polícia militar. O condutor do veículo particular ficou gravemente ferido e foi levado, de ambulância pública, ao hospital público mais próximo. No momento da transferência do acidentado para a maca do estabelecimento hospitalar, esta se partiu, ocasionando a queda do paciente, o que supostamente teria lhe causado traumatismo craniano. Pelos danos sofridos pelo particular, o Poder Público</p> <p>(A) responde objetivamente, tendo em vista que houve dois acidentes envolvendo agentes públicos, a colisão de veículos e o negligente transporte da vítima ao estabelecimento hospitalar.</p> <p>(B) responde objetivamente, desde que se comprove o nexo de causalidade entre as referidas lesões e a queda da maca quando da iminência da internação no hospital público.</p> <p>(C) não responde, tendo em vista que o particular foi o causador do acidente automobilístico que motivou o transporte para o estabelecimento hospitalar em cujas dependências ocorreu o traumatismo craniano.</p> <p>(D) responde subjetivamente, em face da comprovada culpa da vítima pelo acidente automobilístico do qual decorreu a necessidade do deslocamento para o estabelecimento hospitalar público.</p> <p>(E) não responde civilmente, em razão da culpa exclusiva da vítima pelo acidente automobilístico, devendo esta, ainda, arcar com os danos verificados na viatura policial.</p>	<p>31. A declaração de extinção de cargo ocupado por servidor estável gera em favor daquele, direito a</p> <p>(A) reintegração ao cargo imediatamente superior ao seu, mantida a remuneração anterior.</p> <p>(B) afastamento remunerado, fazendo jus às vantagens do cargo e computando-se o tempo de afastamento para todos os efeitos legais.</p> <p>(C) disponibilidade, representando garantia de inatividade remunerada, ainda que proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>(D) disponibilidade, computando-se o tempo de serviço para todos os efeitos legais, mas vedada a remuneração pelo período que perdurar o afastamento.</p> <p>(E) aposentadoria com proventos integrais no cargo imediatamente superior ao seu, ainda que contasse com tempo de serviço para recebê-los proporcionais.</p>
<p>29. O uso privativo de bem público pelo particular é</p> <p>(A) permitido, desde que o uso seja compatível com o fim a que ele se destina e que tenham sido colhidas as autorizações normativas e administrativas necessárias.</p> <p>(B) vedado, pois caracteriza ofensa ao princípio da inalienabilidade dos bens públicos, o que compreende a impossibilidade de sua oneração.</p> <p>(C) vedado, pois caracteriza ato de desvio de finalidade, tendo em vista que o patrimônio público deve ser exclusivamente destinado ao atendimento do interesse público.</p> <p>(D) permitido, desde que restrito às hipóteses de uso normal, que a finalidade seja de interesse público e que tenham sido colhidas as autorizações legais necessárias.</p> <p>(E) permitido, desde que sua utilização seja precedida de licitação, sob pena de desvio de finalidade.</p>	<p>32. Apurado, após longos trabalhos de pesquisa, que determinado insumo de aplicação essencial em atividades hospitalares é produzido por apenas uma empresa, a Administração Pública</p> <p>(A) pode dispensar a licitação, sendo-lhe, no entanto, facultado realizar o procedimento.</p> <p>(B) deve dispensar a licitação, a fim de evitar dispêndio de tempo e recursos públicos quando já demonstrado qual seria o resultado do certame.</p> <p>(C) pode declarar a inexigibilidade da licitação, sendo-lhe facultado, no entanto, realizar o procedimento, adotando a modalidade de pregão, dada sua rápida conclusão.</p> <p>(D) deve declarar a inexigibilidade da licitação, evitando dispêndio de tempo e recursos públicos quando já demonstrado qual seria o resultado do certame.</p> <p>(E) pode adquirir diretamente o produto da empresa que o produz, dada sua essencialidade, independentemente de formalização de processo administrativo para declarar a dispensa ou inexigibilidade da licitação.</p>
<p>30. O poder da Administração Pública de rever determinado ato administrativo cabe somente se</p> <p>(A) não tiver ocorrido perda de prazo para a apresentação de requerimento para esta finalidade pelo interessado.</p> <p>(B) estiver em curso ação judicial para revisão do ato.</p> <p>(C) tiver sido interposto recurso administrativo e ajuizada ação judicial para tanto.</p> <p>(D) não tiver havido trânsito em julgado de decisão judicial em sentido contrário, em havendo simultânea discussão judicial.</p> <p>(E) não estiver em curso ação judicial ou requerimento administrativo para revisão do ato.</p>	<p>33. As condições e termos do contrato administrativo que será lavrado após a conclusão de procedimento licitatório</p> <p>(A) são unilateralmente elaboradas pelo Poder Público, após a adjudicação do objeto ao vencedor do certame.</p> <p>(B) são elaboradas pelo vencedor do certame, que deve tê-las apresentado juntamente com a proposta, para avaliação conjunta pela comissão de licitação.</p> <p>(C) são propostos previamente pelo Poder Público e constam do documento que integra o edital da licitação, mas admitem alteração proposta pelo vencedor do certame antes de sua assinatura, para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>(D) são discutidas após a homologação da licitação, mas podem ser compatibilizadas com a atual situação econômico-financeira para que seja mantido o equilíbrio do contrato.</p> <p>(E) devem ser redigidas previamente à abertura da licitação, devendo constar da minuta do documento que integra o edital do certame.</p>

34. Em relação a princípios aplicáveis ao processo administrativo é correto afirmar:
- (A) Os princípios do contraditório e da ampla defesa ensejam a observância destas garantias no processo administrativo, ainda que não se exija o mesmo rigor do processo judicial.
  - (B) O princípio da publicidade remete à necessidade de divulgação dos atos administrativos praticados, vedadas as hipóteses de sigilo.
  - (C) O princípio da obediência às formas e aos procedimentos enseja o estrito cumprimento das normas que regem o processo judicial sempre que se tratar de decisão administrativa constitutiva ou extintiva de direitos.
  - (D) O princípio da oficialidade remete à necessidade da decisão definitiva no processo administrativo ser proferida por autoridade oficialmente designada para esta finalidade.
  - (E) O princípio da pluralidade de instâncias traduz-se na necessidade de instituição de instância recursal representada por comissão processante colegiada quando for apresentado recurso administrativo pelo interessado.

35. Considerando-se que a licença é ato administrativo vinculado e a autorização é ato administrativo discricionário é correto afirmar:
- (A) Somente a autorização traduz manifestação do poder de polícia da Administração Pública, porque exige análise de conveniência e oportunidade para sua prática.
  - (B) Tanto a licença quanto a autorização são manifestações do poder de polícia, que pode compreender atuação discricionária ou vinculada da Administração Pública.
  - (C) Tanto a licença quanto a autorização são manifestações do poder de polícia da Administração Pública, desde que ambas gozem dos atributos de exigibilidade e executoriedade.
  - (D) Nenhum dos atos mencionados se traduz em manifestação do poder de polícia da Administração Pública porque são destituídos dos atributos de exigibilidade e executoriedade.
  - (E) Somente a licença traduz manifestação do poder de polícia da Administração Pública, porque exige expressa previsão normativa para sua prática.

**DIREITO CIVIL**

36. Paulo participava de um jogo de futebol quando teve uma perna fraturada em um lance casual. Levado para um hospital foi atendido pelo ortopedista Dr. José, que indicou a realização imediata de uma cirurgia, cobrando do paciente a quantia de R\$7.000,00 (sete mil reais) a título de honorários. No dia seguinte, Paulo foi operado, teve alta médica, mas não pagou os honorários médicos contratados. A pretensão de o Dr. José cobrar os seus honorários de Paulo, a partir da data da conclusão de seus serviços, prescreverá em
- (A) 10 anos.
  - (B) 05 anos.
  - (C) 04 anos.
  - (D) 03 anos.
  - (E) 02 anos.

37. No que concerne ao adimplemento e extinção das obrigações, é correto afirmar:
- (A) Em regra, a convenção de pagamento em ouro é permitida, sendo nula a convenção de pagamento em moeda estrangeira.
  - (B) O pagamento feito pelo devedor ao credor, intimado da penhora feita sobre o crédito, será válido também perante terceiros, não podendo ele ser constrangido a pagar novamente a dívida.
  - (C) Se a obrigação tiver por objeto prestação divisível, o credor pode ser obrigado a receber, e o devedor a pagar, por partes, mesmo se assim não se ajustou.
  - (D) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor.
  - (E) Havendo solidariedade passiva no débito no caso de falência de um dos devedores o credor poderá cobrar antecipadamente a dívida de todos os devedores antes de vencido o prazo estipulado em contrato ou estabelecido no Código Civil.

38. Considere as seguintes assertivas sobre os defeitos do negócio jurídico:
- I. O dolo do representante convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve.
  - II. A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
  - III. Caracterizada a lesão o negócio jurídico não será anulado se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.
  - IV. O erro de cálculo não gera a anulação do negócio jurídico, autorizando apenas a retificação da declaração de vontade.
- De acordo com o Código Civil é correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I, II e III.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I, III e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) II, III e IV.

39. No que diz respeito ao Condomínio Edilício, nos termos preconizados pelo Código Civil, é certo que
- (A) se o síndico não convocar a assembléia anual de condomínio, um quarto dos condôminos poderá fazê-lo.
  - (B) a alteração da convenção de condomínio depende da aprovação pela unanimidade dos condôminos.
  - (C) o condomínio poderá ter um conselho fiscal, composto por até dois membros, eleitos pela assembléia, por prazo não superior a dois anos, ao qual compete dar parecer sobre as contas do síndico.
  - (D) a assembléia escolherá um síndico, que poderá não ser condômino, para administrar o condomínio, por prazo não superior a dois anos, sendo vedada a renovação.
  - (E) o seguro de toda a edificação contra o risco de incêndio ou destruição, total ou parcial, é facultativo e deverá ser objeto de deliberação em assembléia.

<p>40. Com referência aos direitos reais de garantia, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A coisa comum a dois ou mais proprietários não pode ser dada em garantia real, na sua totalidade, sem o consentimento de todos.</p> <p>(B) Os sucessores do devedor não podem remir parcialmente a hipoteca na proporção dos seus quinhões; qualquer deles, porém, pode fazê-lo no todo.</p> <p>(C) A dívida estará vencida antecipadamente se perecer o bem dado em garantia, e não for substituído, não sendo compreendidos os juros correspondentes ao tempo ainda não decorrido.</p> <p>(D) É nula a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento, bem como é vedado ao devedor dar a coisa em pagamento da dívida após o vencimento.</p> <p>(E) A propriedade superveniente torna eficaz, desde o registro, as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.</p>	<p>44. Determinado Município pretende, por lei específica, perdoar créditos tributários compostos pelo valor do tributo e multas relativos a impostos e taxas municipais. A medida a ser adotada para efetivar o perdão do crédito é a</p> <p>(A) anistia.</p> <p>(B) remissão.</p> <p>(C) isenção.</p> <p>(D) moratória.</p> <p>(E) compensação.</p>
<p>41. Considere os seguintes conceitos estabelecidos pelo Código Civil:</p> <p>I. O comprador é obrigado a oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.</p> <p>II. O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias.</p> <p>III. O consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.</p> <p>Estes conceitos referem-se, respectivamente, aos institutos:</p> <p>(A) preempção, retrovenda e contrato estimatório.</p> <p>(B) retrovenda, contrato estimatório e preempção.</p> <p>(C) contrato estimatório, preempção e retrovenda.</p> <p>(D) preempção, contrato estimatório e retrovenda.</p> <p>(E) retrovenda, preempção e contrato estimatório.</p>	<p>45. Como forma de estimular a instalação de indústrias em seu Município, o prefeito municipal encaminha projeto de lei com inúmeras medidas tributárias incentivadoras de novas indústrias. Dentre estas medidas, concede isenção, pelo período de dez anos para as empresas que empreguem, no mínimo, dois mil funcionários. Preenchidos os requisitos legais, determinada empresa obtém a isenção, mas em razão de grave crise econômica, teve que reduzir para mil o número de funcionários. A isenção concedida a esta empresa</p> <p>(A) será mantida, porque se trata de isenção em caráter individual, irrevogável, portanto.</p> <p>(B) poderá ser mantida, por critério discricionário do chefe do executivo municipal, que decidirá por decreto.</p> <p>(C) será revogada por ato de autoridade administrativa competente, por ter deixado a empresa de atender aos requisitos para manutenção do benefício.</p> <p>(D) será revogada porque é inconstitucional isenção como instrumento de guerra fiscal.</p> <p>(E) poderá ser revogada desde que a lei concessiva da isenção seja revogada, pois deve ser respeitado o princípio da isonomia.</p>
<p>42. O prazo para ser intentada a ação de anulação do casamento, a contar da data da celebração, se incompetente a autoridade celebrante, é de</p> <p>(A) 180 dias.</p> <p>(B) 01 ano.</p> <p>(C) 02 anos.</p> <p>(D) 03 anos.</p> <p>(E) 04 anos.</p>	<p>46. Município do interior pernambucano institui isenção de IPTU para pais adotivos. Esta medida é</p> <p>(A) inconstitucional, por violar o princípio da igualdade, além de não ter o critério adotado qualquer relação com os aspectos da hipótese de incidência.</p> <p>(B) constitucional, já que estimula a adoção, tendo caráter nitidamente extrafiscal e social.</p> <p>(C) ilegal, por violar dispositivo constante do Código Civil que veda discriminação entre filhos adotivos e biológicos.</p> <p>(D) constitucional, mas ilegal, por não ser da autonomia do Município políticas públicas de planejamento familiar, aí incluído o estímulo à adoção.</p> <p>(E) constitucional, porque a Constituição Federal não veda qualquer discriminação decorrente da filiação e legal de acordo com o Código Civil.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b></p> <p>43. O termo inicial para a fraude à execução fiscal é</p> <p>(A) a citação válida do executado.</p> <p>(B) o despacho do juiz que ordena a citação.</p> <p>(C) a distribuição da execução fiscal.</p> <p>(D) o início de procedimento administrativo de fiscalização.</p> <p>(E) a inscrição na dívida ativa.</p>	<p>47. Pretendendo saldar seu débito com o Fisco municipal, determinado contribuinte verifica que só tem a opção de pagar integralmente os créditos tributários em atraso, ainda que parceladamente, não podendo optar em saldar um ou alguns dos créditos tributários em atraso. Diante desta subordinação do pagamento de um crédito tributário ao pagamento de outros créditos, o contribuinte, para pagar apenas um dos créditos devidos, poderá lançar mão de</p> <p>(A) mandado de segurança.</p> <p>(B) consignação em pagamento.</p> <p>(C) impugnação administrativa.</p> <p>(D) repetição do indébito.</p> <p>(E) parcelamento.</p>

48. Notário lavra escritura pública de venda e compra e oficial do registro de imóveis registra a escritura de venda e compra sem que tenha sido apresentada guia de recolhimento de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato "inter vivos" – ITBI. Tal situação poderá acarretar
- (A) nulidade da escritura de venda e compra.  
 (B) nulidade do registro.  
 (C) irregularidade no registro.  
 (D) responsabilidade tributária solidária do tabelião, do oficial de registro e do sujeito passivo do ITBI.  
 (E) responsabilidade civil e penal do tabelião e do oficial de registro pela omissão na fiscalização do imposto devido na venda e compra.
49. Após a partilha amigável em arrolamento de bens judicial pela morte de seu pai, que se deu em 2007, Tício e Mévio recebem agora notificação para pagamento de Imposto de Renda ano-base 2003, por ele devido quando ainda estava vivo. Esta exigência fiscal está
- (A) errada, porque já houve prescrição.  
 (B) errada, porque o arrolamento já foi concluído, após a apuração de haveres e homologação da partilha de bens.  
 (C) correta, porque os sucessores são contribuintes dos tributos devidos pelo *de cuius*, independentemente da data da ocorrência do fato gerador, desde que não tenha se operado a decadência.  
 (D) correta, porque com a morte interrompe-se o prazo prescricional para a cobrança dos créditos tributários em atraso, transferindo-se aos sucessores a responsabilidade tributária, desde que não tenha se operado a decadência.  
 (E) correta, porque os sucessores são responsáveis pelos tributos devidos, cujos fatos geradores ocorreram até a data da partilha, até o limite dos quinhões recebidos, desde que não tenha se operado a decadência ou prescrição.
50. A Constituição Federal dispõe que compete à lei complementar disciplinar normas gerais em matéria tributária, especialmente sobre definição de fato gerador, base de cálculo e contribuintes dos impostos discriminados na Constituição. Considerando esta regra, a definição de fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPTU está disciplinado
- (A) em lei complementar municipal.  
 (B) em decreto-lei federal recepcionado como lei complementar.  
 (C) no Código Tributário Nacional.  
 (D) no Código Tributário Municipal.  
 (E) em lei complementar federal específica do IPTU.
51. Lei municipal publicada em 20 de dezembro de 2007 majorou as alíquotas do ITBI de 2% para 4% e a base de cálculo do IPTU em 20%. As novas faixas de valores serão aplicadas
- (A) em noventa dias a contar da publicação da lei para o ITBI e no primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação da lei para o IPTU.  
 (B) no primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação da lei, para os dois casos.  
 (C) no primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação da lei para o ITBI e no primeiro dia do exercício seguinte ao exercício do vencimento de noventa dias da publicação da lei para o IPTU.  
 (D) noventa dias a contar da publicação da lei, para os dois casos.  
 (E) em noventa dias a contar do primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação da lei, para os dois casos.
52. Dentre as várias diferenças existentes entre imunidade e isenção, é correto afirmar que a imunidade
- (A) vem fixada em lei complementar e a isenção em lei ordinária.  
 (B) pode ser concedida por prazo indeterminado e a isenção pode ser concedida por prazo certo ou indeterminado.  
 (C) pressupõe a existência de capacidade tributária e a isenção pressupõe ausência de capacidade tributária.  
 (D) equivale à incompetência tributária e só pode vir prevista na Constituição e a isenção pressupõe competência tributária e vem fixada em lei.  
 (E) só alcança os impostos e a isenção pode ser concedida para qualquer tributo.
53. Se o sujeito passivo tem que prestar declaração com informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação, para só então o Fisco proceder ao lançamento, notificando o sujeito passivo, está-se diante da modalidade de lançamento
- (A) por homologação.  
 (B) por autolancamento.  
 (C) por declaração.  
 (D) direto.  
 (E) de ofício.
54. Determinado contribuinte, proprietário de único imóvel residencial localizado no município do Recife, destinado à residência da família, está em mora com o IPTU e taxas incidentes sobre o imóvel desde 2003. Devidamente inscrito o débito em dívida ativa e extraída a certidão, foi proposta execução fiscal. Como forma de garantia da execução fiscal, foi penhorado o próprio imóvel, que está hipotecado para instituição financeira desde 1998, como garantia de pagamento de mútuo imobiliário. Considerando estes fatos, é correto afirmar que
- (A) o imóvel é bem de família e não pode ser penhorado em sede de execução fiscal por dívidas de IPTU e taxas sobre ele incidentes.  
 (B) o crédito com garantia real prefere ao crédito tributário e a instituição financeira poderá opor embargos de terceiro para desconstituir a penhora.  
 (C) o crédito está prescrito desde 2007, devendo ser extinta a execução fiscal.  
 (D) o crédito tributário não tem preferência sobre o crédito hipotecário, uma vez que a hipoteca é anterior ao crédito tributário cobrado.  
 (E) configura a hipótese de exceção à impenhorabilidade do bem de família, além de ter o crédito tributário preferência sobre os créditos com garantia real.
55. Dentro da repartição constitucional de receitas tributárias, NÃO pertencem aos Municípios
- (A) 25% dos recursos que os Estados recebem do produto da arrecadação da CIDE combustível, na forma da lei.  
 (B) 25% do produto da arrecadação do IPVA de veículos automotores licenciados em seus territórios.  
 (C) 25% do produto da arrecadação do ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.  
 (D) 100% do produto da arrecadação do IR, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias ou fundações.  
 (E) 100% do produto da arrecadação do ITR para os Municípios que optarem, nos termos da lei, por fazerem a arrecadação e a fiscalização deste tributo.

<p>56. Os deveres de pagar multa por infração à legislação tributária e de fazer declaração de ajuste anual do imposto de renda classificam-se como obrigação</p> <p>(A) principal e acessória, respectivamente.          (B) acessória e principal, respectivamente.          (C) acessórias, ambas.          (D) principais, ambas, mas só a segunda é instrumental.          (E) instrumentais, ambas.</p>	<p>61. De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida</p> <p>(A) pelo Senado Federal, com o auxílio do Supremo Tribunal Federal.          (B) pela Câmara dos Deputados, com o auxílio do Superior Tribunal de Justiça.          (C) pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.          (D) pelo Supremo Tribunal Federal, com o auxílio do Superior Tribunal de Justiça.          (E) pelo Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Senado Federal.</p>
<p>57. NÃO se inclui entre as características do tributo contribuição de melhoria:</p> <p>(A) ter competência comum para instituição.          (B) ser vinculada a uma atividade estatal.          (C) ter por fato gerador a obra pública de que decorre valorização imobiliária.          (D) ser instituída para fazer frente à obra pública a ser iniciada após sua arrecadação.          (E) ter por base de cálculo o <i>quantum</i> da valorização dos imóveis adjacentes à obra.</p>	<p>62. A respeito do orçamento público, a Constituição Federal consagra o princípio da não-vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundos ou despesas com várias ressalvas onde admite-se vinculação de receita. Dentre tais ressalvas constitucionais cita-se a</p> <p>(A) repartição do produto da arrecadação dos impostos sobre importação e sobre exportação de produtos.          (B) destinação de recursos para as ações e serviços públicos relacionados com a segurança pública.          (C) destinação de recursos para realização de atividades relacionadas com a segurança nacional.          (D) destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária.          (E) prestação de garantias às operações de crédito em geral, exceto por antecipação de receita.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DIREITO FINANCEIRO</b></p> <p>58. São consideradas receitas originárias:</p> <p>(A) as taxas e os impostos.          (B) as taxas e os preços públicos.          (C) os preços públicos e as tarifas.          (D) as tarifas e as taxas.          (E) os impostos e as tarifas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO PENAL</b></p> <p>63. Entre crime e contravenção, a distinção</p> <p>(A) se faz pela ausência de dano na contravenção, elemento presente no crime, mesmo que potencial.          (B) se faz pela presença ou não da culpa <i>latu sensu</i>.          (C) se dá porque na contravenção penal, em regra, não basta a voluntariedade.          (D) se faz pela intensidade do dolo ou culpa, que é maior no crime.          (E) baseia-se na natureza da sanção aplicável, não existe diferença ontológica.</p>
<p>59. Sobre receitas públicas, a Lei nº 4.320/64 dispõe:</p> <p>I. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça.          II. Os agentes da arrecadação devem fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.          III. Será admitida a compensação da observação de recolher receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.          (B) II.          (C) III.          (D) I e II.          (E) II e III.</p>	<p>64. Sobre o concurso de agentes, considere:</p> <p>I. quem executa, juntamente com outras pessoas, a ação ou omissão que configura o delito;          II. quem colabora para a conduta do autor com a prática de uma ação que, em si mesma, não é penalmente relevante.</p> <p>Os conceitos acima se referem, respectivamente, a</p> <p>(A) autor e autor mediato.          (B) crime de multidão e co-autor.          (C) co-autor e partícipe.          (D) cooperação dolosamente distinta e co-autor eventual.          (E) participação culposa e autor mediato.</p>
<p>60. Em relação à dívida pública, NÃO é competência do Senado Federal:</p> <p>(A) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República.          (B) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.          (C) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.          (D) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.          (E) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	

65. Sobre a extinção da punibilidade, considere:
- I. existem causas de extinção da punibilidade geral e especial;
  - II. renúncia e perdão nos crimes contra a honra não são causas comunicáveis;
  - III. a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto de outro não se estende a este;
  - IV. nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravante da pena resultante da conexão;
  - V. extinta a punibilidade, aplica-se medida de segurança a presos perigosos.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III e V.

**DIREITO DO TRABALHO**

66. Considere as seguintes assertivas a respeito da equiparação salarial:
- I. O quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente só é válido quando homologado pelo Ministério do Trabalho.
  - II. Na ação de equiparação salarial, a prescrição é parcial e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de cinco anos que precedeu o ajuizamento.
  - III. Não há equiparação salarial de trabalho intelectual uma vez que sua aferição terá critérios subjetivos refutados pela Consolidação das Leis do Trabalho.
  - IV. A cessão de empregados não exclui a equiparação salarial, embora exercida a função em órgão governamental estranho à cedente, se esta responde pelos salários do paradigma e do reclamante.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

67. Nos contratos de trabalho a termo, em regra, a extinção contratual em face da dispensa antecipada e imotivada pelo empregador gerará ao empregado o direito de receber
- (A) apenas indenização no valor dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato acrescidos da metade.
  - (B) apenas indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.
  - (C) apenas 13<sup>o</sup> salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3 e indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.
  - (D) 13<sup>o</sup> salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3, liberação do FGTS acrescido de 40%, indenização no valor dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato acrescidos da metade.
  - (E) 13<sup>o</sup> salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3, liberação do FGTS acrescido de 40%, indenização no importe da metade dos salários que seriam devidos pelo período restante do contrato.

68. Descumprir ordens gerais do empregador,
- (A) configura ato de insubordinação do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.
  - (B) configura ato de indisciplina do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.
  - (C) não constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, não havendo tipificação específica na Consolidação das Leis do Trabalho.
  - (D) configura ato de desídia do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.
  - (E) configura ato de incontinência de conduta do empregado e constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, tipificado na Consolidação das Leis do Trabalho.

69. Mário tomou posse como diretor da empresa em que trabalha, não permanecendo a subordinação jurídica inerente a relação de emprego. Maria foi afastada de seu emprego para qualificar-se profissionalmente, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho de sua categoria. Diana sofreu um aborto e está afastada de seu serviço por duas semanas. Douglas se afastou do seu emprego por três dias em virtude de seu casamento. Nessas hipóteses, os contratos de trabalho de Mário, Maria, Diana e Douglas sofreram, respectivamente,
- (A) suspensão, suspensão, interrupção e interrupção.
  - (B) suspensão, interrupção, interrupção e suspensão.
  - (C) suspensão, suspensão, suspensão e interrupção.
  - (D) interrupção, suspensão, interrupção e suspensão.
  - (E) interrupção, interrupção, suspensão e suspensão.

70. Maria foi dispensada imotivadamente pela empresa em que laborava. Durante o período de seu aviso prévio a empresa ao invés de reduzir o seu horário de trabalho em duas horas diárias, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, optou em pagar essas horas como horas extras. Neste caso, a substituição
- (A) é válida, desde que a empresa remunere as duas horas extras diárias com acréscimo de no mínimo 70%.
  - (B) não é válida e a empresa deverá pagar novo aviso prévio acrescido de 50% de seu valor.
  - (C) é válida, desde que a empresa remunere as duas horas extras diárias com acréscimo de 100%.
  - (D) é válida, desde que a empresa remunere as duas horas extras diárias com acréscimo de no mínimo 50%.
  - (E) não é válida e a empresa deverá pagar novo aviso prévio.

**DIREITO PROCESSUAL**

71. No que concerne ao procedimento da execução por quantia certa contra devedor solvente, é INCORRETO afirmar:
- (A) O executado somente poderá oferecer bem imóvel em substituição ao bem anteriormente penhorado, caso o requeira com a expressa anuência do cônjuge.
  - (B) Tratando-se de penhora em bem indivisível, a meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.
  - (C) São absolutamente impenhoráveis até o limite de 50 salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança.
  - (D) Após a regular citação se o executado pagar integralmente o débito no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade.
  - (E) Podem ser penhorados, à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.

72. No que se refere ao procedimento da Ação Popular, o prazo para apresentação de contestação, comum a todos os interessados, será de
- (A) 15 dias improrrogáveis.
  - (B) 20 dias prorrogáveis por mais 20, a requerimento do interessado, desde que preenchidos os requisitos legais.
  - (C) 20 dias improrrogáveis.
  - (D) 15 dias prorrogáveis por mais 15, a requerimento do interessado, desde que preenchidos os requisitos legais.
  - (E) 30 dias improrrogáveis.

73. Considere as seguintes assertivas sobre os atos processuais:
- I. Todos os atos e termos do processo podem ser produzidos, transmitidos, armazenados e assinados por meio eletrônico, e a assinatura dos juizes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, tudo na forma da lei.
  - II. As partes podem de comum acordo, prorrogar os prazos dilatórios, formulando o requerimento antes ou depois do vencimento do prazo, desde que seja fundado em motivo legítimo.
  - III. Em regra, os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, não produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.
  - IV. O direito de consultar os autos e de pedir certidões dos atos de processos que tramitam em segredo de justiça é restrito às partes e a seus procuradores, sendo admissível o requerimento ao juiz do terceiro, que demonstrar interesse jurídico, de certidão do dispositivo da sentença.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e IV.
  - (B) III e IV.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I, II e IV.
  - (E) II, III e IV.

74. No que concerne ao procedimento sumário, na forma preconizada pelo Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, deverá aguardar o pronunciamento favorável do Juiz em audiência para, posteriormente, formular quesitos e indicar assistente técnico.
  - (B) Em regra, observar-se-á o procedimento sumário, nas causas cujo valor não exceda a 40 vezes o valor do salário mínimo.
  - (C) Na audiência de conciliação designada o réu oferecerá contestação, de forma escrita ou oral, e poderá, inclusive, apresentar reconvenção fundada nos mesmos fatos referidos na inicial.
  - (D) No procedimento sumário não é admissível a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro, sendo admitida a ação declaratória incidental.
  - (E) Se a ré for a Fazenda Pública ela deverá ser citada para a audiência conciliatória designada pelo Juiz com antecedência mínima de vinte dias.

75. Moisés ajuizou uma demanda, pelo rito ordinário, contra José e Joaquim. José e Joaquim outorgaram procurações a advogados diferentes. No curso da lide o Magistrado prolata um despacho saneador, indeferindo a produção de provas requeridas pelos réus. O prazo para José e Joaquim ingressarem com o recurso cabível, a partir da data da intimação, é de
- (A) 30 dias.
  - (B) 20 dias.
  - (C) 15 dias.
  - (D) 10 dias.
  - (E) 05 dias.

76. De acordo com o Código de Processo Civil, no que se refere à impugnação ao cumprimento voluntário de sentença judicial,
- (A) o recurso cabível contra a decisão que decidir o incidente e extinguir a execução é a apelação.
  - (B) com ou sem atribuição de efeito suspensivo, a impugnação deverá ser decidida em autos apartados.
  - (C) sendo atribuído efeito suspensivo, o exequente não poderá requerer o prosseguimento da execução.
  - (D) o executado será sempre intimado pessoalmente para, querendo, apresentar impugnação.
  - (E) ela será oferecida no prazo de dez dias a partir da intimação do auto de penhora e de avaliação.

77. Paulo é credor de José de um cheque regularmente emitido pelo devedor, no valor de R\$ 5.000,00. José não tem domicílio certo e o cheque voltou desprovido de fundos após ser depositado pelo banco. O advogado de Paulo, para assegurar os interesses de seu cliente, objetivando o recebimento do crédito, poderá perante o juízo competente, propor medida cautelar de
- (A) produção antecipada de provas.
  - (B) arresto.
  - (C) seqüestro.
  - (D) atentado.
  - (E) busca e apreensão de bens.

78. Os embargos infringentes serão admissíveis para impugnar acórdão
- (A) unânime, em grau de apelação, sempre que houver reforma da sentença de mérito.
  - (B) que julgar procedente ou improcedente ação rescisória.
  - (C) não unânime, em grau de apelação, havendo ou não reforma da sentença de mérito.
  - (D) não unânime, em grau de apelação, sempre que houver reforma da sentença de mérito.
  - (E) unânime, em grau de apelação, havendo ou não reforma da sentença de mérito.

79. No que concerne aos inventários e partilhas, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:
- (A) Em regra, o processo de inventário e partilha deve ser aberto dentro de 30 dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 meses subseqüentes.
  - (B) Se todos forem capazes e concordes, poderá fazer-se o inventário e a partilha por escritura pública, a qual constituirá título hábil para o registro imobiliário.
  - (C) O juiz não poderá determinar de ofício, que se inicie o inventário, se nenhuma das pessoas legitimadas o requerer no prazo legal.
  - (D) Dentro de 30 dias, contados da data em que prestou o compromisso, fará o inventariante as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado.
  - (E) Requerida a remoção do inventariante por ter sonogado bens do espólio ele será intimado para, no prazo de 10 dias, defender-se e produzir provas.

80. Considere as seguintes assertivas sobre Embargos do Devedor:
- I. Nas execuções por carta precatória, a citação do executado será imediatamente comunicada pelo juiz deprecado ao juiz deprecante, inclusive por meios eletrônicos, contando-se o prazo para embargos a partir da juntada aos autos de tal comunicação.
  - II. Na execução por quantia certa contra devedor solvente, os embargos serão oferecidos no prazo de 10 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação.
  - III. Os embargos, em regra, não terão efeito suspensivo, sendo que a decisão relativa aos efeitos dos embargos poderá, a requerimento da parte, ser modificada ou revogada a qualquer tempo, em decisão fundamentada, cessando as circunstâncias que a motivaram.
  - IV. Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento.
- Estão corretas, de acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) I, II e III, somente.
  - (B) I e II e IV, somente.
  - (C) I, III e IV, somente.
  - (D) II, III e IV, somente.
  - (E) I, II, III e IV.

81. Sobre o inquérito policial, considere:
- I. A instauração de inquérito policial nos crimes de ação penal privada, contando a vítima com dezoito anos, pode ser requerida pelo seu representante legal.
  - II. O inquérito policial pode ser instaurado, nos crimes de ação penal pública, por requisição do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
  - III. Nos crimes em que a ação penal depender de representação, o inquérito policial não pode ser iniciado sem ela.
  - IV. Logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, a autoridade policial deve mandar um agente policial ao local dos fatos para que proceda a preservação do mesmo.
  - V. O indiciado pode requerer diligências no inquérito policial.
- Está correto o que consta SOMENTE em
- (A) I e V.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) II e IV.
  - (D) III, IV e V.
  - (E) III e V.

82. Considere os conceitos:
- I. Medida acauteladora, de restrição da liberdade de locomoção, por tempo determinado, destinada a possibilitar as investigações a respeito de crimes graves, durante o inquérito policial.
  - II. Medida cautelar, constituída de privação de liberdade do indigitado autor do crime, e decretada pelo juiz durante o inquérito policial ou instrução criminal em face da existência de pressupostos legais, para resguardar os interesses sociais de segurança.
- Esses conceitos referem-se, respectivamente, às prisões
- (A) temporária e preventiva.
  - (B) preventiva e temporária.
  - (C) administrativa e disciplinar.
  - (D) disciplinar e decorrente de pronúncia.
  - (E) disciplinar e administrativa.

83. Sobre a ação penal privada subsidiária, é correto afirmar:
- (A) Tem cabimento nos crimes de ação pública, se esta não for proposta no prazo legal, tendo o Ministério Público requerido diligências indispensáveis ao oferecimento da denúncia.
  - (B) No caso de prisão em flagrante, o prazo para sua propositura é de 30 dias, a contar do dia da lavratura do respectivo.
  - (C) O prazo para sua propositura é de seis meses, a contar do dia em que se esgotar o prazo para o Ministério Público oferecer denúncia.
  - (D) Se o querelante negligenciar na sua condução, o Ministério Público, mesmo que tenha aditado a queixa, não poderá assumir a titularidade, operando-se a perempção se decorrido o prazo legal para esta.
  - (E) Tem essa natureza a queixa-crime proposta por funcionário público nos crimes contra a honra quando ofendido em razão do exercício das suas funções, mesmo quando apresentada dentro do prazo para o Ministério Público oferecer denúncia.

84. Proposta a queixa-crime por parente legitimado do ofendido, nos casos de morte deste, se o querelante desiste da ação ou a abandona, qualquer outro sucessor, igualmente legitimado, poderá prosseguir na ação, ocorrendo a perempção se nenhum deles comparecer no prazo de
- (A) 20 dias.
  - (B) 45 dias.
  - (C) 60 dias.
  - (D) 120 dias.
  - (E) 180 dias.

<p>85. Considere as seguintes situações:</p> <p>I. Despacho de magistrado denegando seguimento a recurso ordinário.</p> <p>II. Despacho do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho denegando seguimento a embargos infringentes.</p> <p>III. Petição inicial indeferida por ser considerada inepta.</p> <p>Nas situações mencionadas caberá, respectivamente,</p> <p>(A) agravo regimental, agravo de instrumento e recurso ordinário.</p> <p>(B) agravo de instrumento, agravo regimental e agravo de instrumento.</p> <p>(C) agravo de instrumento, agravo de instrumento e agravo de petição.</p> <p>(D) agravo de instrumento, agravo regimental e recurso ordinário.</p> <p>(E) agravo de petição, recurso de revista e agravo de instrumento.</p>	<p>88. Considere as seguintes assertivas a respeito das exceções no processo judiciário do trabalho:</p> <p>I. Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, opostas as exceções de suspeição ou incompetência ocorrerá a suspensão do feito.</p> <p>II. Em regra, das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência que não forem terminativas caberá agravo.</p> <p>III. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 horas improrrogáveis.</p> <p>IV. O rol de hipóteses de suspeição do magistrado previsto na Consolidação das Leis do Trabalho é taxativo.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>86. Com relação as custas na Justiça do Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) No processo de execução as custas são devidas pelo executado, mas serão adiantadas pelo exequente que posteriormente será reembolsado.</p> <p>(B) Nos dissídios individuais as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, observado o mínimo legal previsto na legislação competente.</p> <p>(C) Em regra, no caso de procedência do pedido formulado em ação constitutiva, o valor das custas será calculado sobre o valor da condenação.</p> <p>(D) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá a parte reclamada.</p> <p>(E) Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.</p>	<p>89. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, nos dissídios individuais submetidos ao procedimento sumaríssimo</p> <p>(A) o valor não deverá exceder a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.</p> <p>(B) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.</p> <p>(C) o pedido poderá ser genérico, mas deverá indicar valor estimado de suposta condenação.</p> <p>(D) a citação por edital ocorrerá quando a parte reclamada não for encontrada tendo sido citada por hora certa.</p> <p>(E) as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.</p>
<p>87. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita por seus representantes legais e, na falta destes, pelo sindicato, pelo</p> <p>(A) Ministério Público Estadual, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, ou curador nomeado em juízo.</p> <p>(B) Ministério Público Federal, pela Advocacia Geral da União, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho ou curador nomeado em juízo.</p> <p>(C) Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual ou curador nomeado em juízo.</p> <p>(D) Ministério Público Federal, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pela Procuradoria da Infância e da Juventude ou curador nomeado em juízo.</p> <p>(E) Ministério Público Estadual, pela Advocacia Geral da União ou curador nomeado em juízo.</p>	<p>90. No Processo do Trabalho caberá embargos de nulidade contra</p> <p>(A) decisão proferida por Tribunal Regional do Trabalho, em grau de recurso ordinário em dissídio individual, que deu para um mesmo dispositivo de lei estadual interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional.</p> <p>(B) decisão não unânime proferida em processo de dissídio coletivo de competência originária da Seção de Dissídios Coletivos.</p> <p>(C) decisão proferida por Tribunal Regional do Trabalho, em grau de recurso ordinário em dissídio individual, que deu para um mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional.</p> <p>(D) decisão das turmas do Tribunal Superior do Trabalho que violar literal preceito de lei federal ou a Constituição Federal.</p> <p>(E) sentença de primeiro grau que acolher alegação de litispendência ou coisa julgada extinguindo o processo.</p>

**DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL**

91. O art. 2º, parágrafo único, do Código Florestal dispõe que as áreas de preservação permanente em zona urbana deverão observar “o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites” estabelecidos no próprio artigo. Em termos de competências legislativas atribuídas à União e aos Municípios, o dispositivo em questão tem interpretação polêmica porque

- (A) a União tem competência exclusiva para legislar sobre proteção florestal, não cabendo aos Municípios estabelecer qualquer espécie de interferência nesse campo.
- (B) a Constituição garante aos Municípios as competências para legislar sobre assuntos de interesse local e sobre ordenação territorial urbana, razão pela qual não caberia à União estabelecer qualquer espécie de interferência nesse campo.
- (C) as regras relativas à competência concorrente atribuem aos Estados, e não aos Municípios, o poder de suplementar as normas gerais estabelecidas pela lei federal.
- (D) os Municípios apenas atuam, em matéria ambiental, no exercício de competência comum, em pé de igualdade com as outras esferas da Federação.
- (E) o exercício da competência legislativa por parte da União exclui a possibilidade de os Municípios legislar sobre a mesma matéria, motivo pelo qual a coexistência de normas federais e municipais seria necessariamente inconstitucional.

92. De acordo com o regime jurídico disciplinado pelo Código Florestal, as áreas de reserva legal

- (A) não poderão ter sua vegetação suprimida nem ser objeto de exploração econômica pelo proprietário.
- (B) apenas poderão ter sua vegetação suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social.
- (C) poderão ser objeto de manejo florestal sustentável, ainda que implique a sua exploração econômica.
- (D) são insuscetíveis de compensação com as áreas de preservação permanente.
- (E) apenas poderão ter sua vegetação suprimida por expressa autorização legal.

93. O instituto da concessão florestal aplica-se a florestas

- (A) públicas ou privadas, desde que sejam incluídas, previamente, aquelas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e estas no Plano Anual de Outorga Florestal.
- (B) privadas apenas, necessariamente localizadas na região da Amazônia Legal.
- (C) privadas apenas, excetuadas aquelas que já integrem unidades de conservação.
- (D) públicas apenas, assim compreendidas, em seu conjunto, as unidades de conservação denominadas florestas nacionais, florestas estaduais e florestas municipais.
- (E) públicas apenas, desde que sejam incluídas, previamente, no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e no Plano Anual de Outorga Florestal.

94. NÃO é hipótese de cancelamento de licença ambiental a
- (A) superveniência de graves riscos ambientais.
  - (B) omissão de informações oferecidas pelo titular da licença.
  - (C) violação das condições impostas no ato de outorga da licença.
  - (D) superveniência de tecnologias que implicam menor impacto ambiental.
  - (E) oferta de falsas informações acerca da atividade licenciada.

95. De acordo com o art. 225, §4º, da Constituição da República Federativa do Brasil, “a Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. Deflui desse dispositivo que os biomas e regiões ali mencionados são
- (A) considerados unidades de conservação tão só pela norma constitucional, seguindo o regime da Lei nº 9.985/00.
  - (B) automaticamente desapropriados, cabendo ao poder público competente promover a medida judicial cabível.
  - (C) transferidos *ipso iure* ao patrimônio público, independentemente de nova medida.
  - (D) espaços onde a supressão de vegetação natural é proibida por disposição constitucional, embora a lei possa permiti-la em casos que especificar.
  - (E) tidos como objeto de preocupação especial pelo constituinte, muito embora tenha este remetido à lei a disciplina de seu uso e exploração.

96. A sentença penal que condenar pessoa física ou jurídica pela prática de crime previsto na Lei nº 9.605/98
- (A) poderá fixar um valor mínimo para reparação, cabendo a apuração de eventual quantia complementar em sede de liquidação, no juízo cível.
  - (B) será acompanhada de uma condenação administrativa a título de multa, que poderá ser compensada com eventual condenação cível.
  - (C) fará coisa julgada no juízo cível, quanto à existência do dano e ao nexo de causalidade, cabendo neste juízo apenas a discussão sobre a culpa do agente.
  - (D) poderá conter a aplicação de pena de prestação pecuniária, que será somada à indenização apurada no juízo cível.
  - (E) ensejará a automática suspensão das atividades do agente, até a integral reparação do dano causado.

97. De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) poderá ser progressivo no tempo pelo prazo de
- (A) 10 (dez) anos, durante o qual suas alíquotas poderão subir até o máximo de 15% (quinze por cento), sem exceder o dobro da alíquota do ano anterior.
  - (B) 10 (dez) anos, durante o qual suas alíquotas poderão subir até o máximo de 10% (dez por cento), sem exceder o dobro da alíquota do ano anterior.
  - (C) 5 (cinco) anos, durante o qual suas alíquotas poderão subir até o máximo de 15% (quinze por cento), sem exceder o dobro da alíquota do ano anterior.
  - (D) 5 (cinco) anos, durante o qual suas alíquotas poderão subir indefinidamente, sem exceder o dobro da alíquota do ano anterior.
  - (E) 5 (cinco) anos, durante o qual suas alíquotas poderão subir até o máximo de 10% (dez por cento), sem que haja restrição quanto ao aumento da alíquota de um ano para outro.

98. Como regra geral relativa à criação e alteração das unidades de conservação, tem-se que
- (A) podem ser extintas por instrumento normativo de mesmo nível hierárquico que as criou.
  - (B) aquelas da espécie proteção integral podem ser convertidas na espécie uso sustentável, e vice-versa, por meio de decreto.
  - (C) a supressão de vegetação apenas pode ser autorizada por meio de lei.
  - (D) sua criação pode se dar por instrumento normativo de nível infralegal, mas a extinção apenas por meio de lei.
  - (E) sua extinção pode se dar por decreto, mesmo que tenham sido criadas por lei.

Instruções: Nas questões de números 99 e 100 são apresentadas três afirmativas, que podem ser corretas ou incorretas. Para responder a cada uma das questões, use a seguinte chave:

- (A) Somente a afirmativa I está correta.
  - (B) Somente a afirmativa II está correta.
  - (C) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
  - (D) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
  - (E) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
99. I. O enquadramento dos corpos d'água em classes, de acordo com a Lei nº 9.433/97, objetiva não só definir os usos preponderantes e assegurar qualidade de água com eles compatível, como também diminuir o custo do combate à poluição.
- II. Os padrões de qualidade inerentes a cada uma das classes de águas são previamente definidos em resolução do CONAMA, cabendo aos conselhos de recursos hídricos competentes o efetivo enquadramento de cada corpo d'água em uma das classes.
- III. O enquadramento dos corpos d'água em classes, de acordo com a Lei nº 9.433/97, tem como consequência o estabelecimento de base de cálculo para a cobrança da outorga pelo uso dos recursos hídricos correspondentes.
100. I. A divisão da cidade em zonas de usos diferenciados tem por fundamento a destinação de áreas a suas vocações específicas, com base na função social da propriedade urbana.
- II. O conteúdo da função social da propriedade urbana é constitucionalmente definido, cabendo ao Plano Diretor especificar em que graus e condições os requisitos constitucionais serão atendidos.
- III. De acordo com o Estatuto da Cidade, é lícito ao Poder Público Municipal autorizar a alteração do uso do solo em áreas específicas, mediante contrapartida a ser prestada pelo proprietário.